

04.07.2017 – 14h00

## RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

**Entidade:** [CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais](#)

José Gonçalves (membro do Conselho Executivo).

**Recebidos por:** Deputados Amadeu Albergaria (PSD), Coordenador, Maria Augusta Santos (PS), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Joana Mortágua (BE).

**Assunto:** Peso das Mochilas Escolares.

**Exposição:** O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD), que presidiu à reunião, na qualidade de Coordenador do [Grupo de Trabalho sobre o Peso das Mochilas Escolares](#), cumprimentou o Doutor José Gonçalves, enquanto membro do Conselho Executivo da CONFAP, e informou que, no seguimento da Petição n.º 271/XIII/2.<sup>a</sup> -Solicitam a adoção de medidas políticas e legislativas quanto ao peso das mochilas escolares, foi determinada a criação do presente Grupo de Trabalho (GT), com vista a indagar das medidas possíveis de serem adotadas neste âmbito. Mais referiu que o GT solicitou já contributos escritos a diversas entidades do sector, com vista a uma tomada de posição consciente e devidamente enquadrada, bem como se encontra a ser elaborado um estudo de direito comparado sobre a temática, para averiguar das melhores práticas europeias e internacionais neste âmbito. Terminou, indicando a grelha de tempos da reunião e deu-lhe depois a palavra para a intervenção inicial.

O Doutor José Gonçalves agradeceu o convite e começou, desde logo, por expor que a parte académica e científica relacionada com a questão do peso das mochilas escolares foi já amplamente debatida. Assim, considerou ser de relembrar um conjunto de boas práticas para a escola, a saber, a existência de cacifos na escola, salientando que 70% das escolas são novas, os manuais deverem passar a ser fascículos, a necessidade do material escolar para todos os dias de aulas, e a eliminação dos trabalhos de casa, sublinhando esta última possibilidade, e referindo que já existem escolas a adotar esta metodologia.

Terminou, referindo que as restantes soluções, como seja a introdução de uma balança na sala de aulas, não resolverão o problema e não serão certamente a melhor prática, pois que o problema manter-se-á, questionando quais as consequências que se poderão extrair da confirmação do excesso de peso na mochila do aluno.

Dada a palavra à Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) saudou a CONFAP na pessoa do Doutor José Gonçalves, agradecendo todas as preocupações trazidas a esta audição. Começou por referir que o Grupo de Trabalho foi criado no seguimento da Petição n.º 271/XIII/2.<sup>a</sup>, petição esta que suscitou o debate sobre esta questão, nomeadamente sobre as medidas necessárias adotar. Sublinhou, ainda, que será necessário, nesta matéria, uma perspetiva concertada entre escolas, famílias e alunos, pois que a fiscalização deve começar em casa, uma vez que é normal as crianças pretenderem levar tudo para a escola, o que escapará ao controlo dos próprios pais. O que não põe em causa a necessidade de existência de mecanismos dentro da escola com vista a colmatar e resolver este problema. Referiu, não pretender entrar na questão da necessidade, ou não, de trabalhos de casa, concordando que os meninos apenas

devem levar para o dia de aulas os livros das matérias que irão ser trabalhadas. Já os cacifos, considera que esta medida será de fácil aplicação junto do primeiro ciclo, mas já não no que ao segundo ciclo respeita. No que concerne à desmaterialização, referiu que este poderá ser um caminho a percorrer, mas que o debate não poderá centrar-se apenas nesta questão.

Terminou, salientando que a adoção de medidas nesta matéria depende de muito bom senso e que deverá ir ao encontro das orientações da Organização Mundial de Saúde.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) cumprimentou o Doutor José Gonçalves e referiu que há duas formas de encarar isto. A primeira é recorrer a medidas paliativas a aplicar ao sistema de ensino atual, onde poderá ser estudada a hipótese dos manuais por fascículos, ou a sua desmaterialização, a qual deverá ser rodeada das necessárias cautelas no que respeita à questão do acesso aos suportes físicos. A questão dos cacifos na opinião do seu Grupo Parlamentar não resolve o problema, pois que existirá sempre a necessidade de levar os livros para casa para resolução dos trabalhos de casa, o que significa peso na mochila do aluno. A segunda forma de encarar isto, é admitir que estamos perante uma boa oportunidade para pôr em causa um conjunto de situações dogmáticas no âmbito do ensino português, o que implicará que se repense os materiais escolares e os trabalhos de casa.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) cumprimentou o Doutor José Gonçalves e recordou que este Grupo de Trabalho pretende ter a opinião dos interlocutores sobre as soluções avançadas pela Petição n.º 271/XIII/2.ª. Expôs que o seu Grupo Parlamentar considera que esta questão prende-se mais com o bom senso do que com a necessidade de adoção de medida legislativa. Referiu que os alunos devem levar para casa os materiais necessários à realização dos trabalhos de casa e que deve haver um processo de monitorização destes trabalhos pelos pais, em colaboração com os professores. Disse, ainda, que o seu Grupo Parlamentar considera ser de exigir a existência de cacifos. Já no que respeita ao material digital, salientou já existirem recursos digitais disponibilizados pelas editoras com a aquisição dos manuais em papel, e dado ser necessária a existência de um suporte físico para o mesmo, deverá ser sopesado o investimento a ser feito pelas escolas para não ocorrer discriminação e diferenças sociais e económicas. Terminou, questionando qual o papel dos encarregados de educação neste âmbito.

Devolvida a palavra para resposta por parte do Doutor José Gonçalves, o mesmo começou por evidenciar que a metodologia que está a ser utilizada para a educação das crianças, atualmente, tem, pelo menos, duas décadas, pelo que não se encontra a ter o resultado esperado. Sublinhou que os jovens das nossas escolas são os jovens da era digital, e que os professores e educadores têm de se capacitar para isto. Considera que é necessária a existência de consensos alargados na educação, pois que não devem estar a ser constantemente alteradas as metodologias de ensino.

Referiu, ainda, que o que todos se lembram dos excelentes professores é o facto de estes não necessitarem do manual para lecionar. O manual deve servir como complemento do estudo em casa, ou para que os pais consigam apurar em que estado vai esse mesmo estudo na escola.

Referiu que a CONFAP está disponível, como sempre esteve, para aprendizagens. Expôs que hoje existem já escolas que pensam “como é que vamos agarrar esta matéria-prima” que são os alunos, exemplificando o caso da Escola da Pontinha que, nas turmas com mais de 16 alunos, impôs uma regra que as empresas privadas seguem ao nível das suas formações internas, de dupla docência. E os resultados estão à vista, quer do ponto de vista de diminuição dos problemas comportamentais, quer de melhoria de resultados escolares.

Evidenciou, ainda, que apesar de termos nas escolas os jovens da era digital, a formação dos próprios professores manteve-se.

Referiu, ainda, que a própria avaliação do aluno tem de mudar, pois que o aluno deve ser avaliado em função das suas aprendizagens, competindo, depois, às Universidades dizerem que tipo de alunos pretendem, existindo necessidade de inverter o paradigma atual.

Expôs, ainda, que os encarregados de educação sabem que são culpados nesta questão do peso, e de facto foi detetado um *deficit* parental em Portugal, tendo a União Europeia contribuído com verbas para que fosse dada formação a estes pais, sem que até à presente data se tenha conhecimento do desenvolvimento deste tipo de formação.

Por outro lado, salientou que é difícil não exceder os 15% do peso corporal de uma criança, quando esta tem de levar 4 livros e 4 fichas, e ainda todo o material escolar que os professores pedem. Se isto é fácil de resolver no 1.º Ciclo, então apelou a que se resolva.

Terminou, referindo que pensa estar criada uma boa oportunidade para repensarmos estas questões e que poderá sair daqui alguma coisa positiva, apelando a que se mostre aos nossos jovens incrédulos na educação que vale a pena estar na escola.

O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) agradeceu a disponibilidade da CONFAP, na pessoa do Doutor José Gonçalves, encontrando-se a gravação da audiência estão disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 04 de julho de 2017

A assessora

*Ágata Leite*